A REVOLUÇÃO CUBANA EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Rafael Adão[i]

Julio Cesar dos Santos[ii]

Resumo: Considerando que a prática do ensino de história constitui-se atualmente em um campo de debates bastante visitado pelos historiadores, oportunizando diversas reflexões relacionadas à questões, tais como: fontes, linguagem, práticas docentes, dentre outras. Encontramos momento oportuno para realizar uma reflexão acerca das abordagens apresentadas nos livros didáticos de história. O objetivo é realizar um breve diálogo acerca de como os livros didáticos de história abordam a Revolução Cubana, levando em consideração as novas e tradicionais correntes historiográficas que tratam deste tema. Buscamos ainda, pensar como este movimento histórico pode ser dialogado em sala de aula, a fim de construir um debate produtivo juntamente com as concepções sobre a Consciência Histórica. Para tanto, é preciso pensar a História como uma prática que é construída e se constituí em diversas interpretações.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Ensino de História e Consciência Histórica.

Abstract: Considering the practice of history teaching today is constituted in discussions field quite visited by historians, providing opportunities for diverse reflections related to issues such as: sources, language, teaching practices, among others. We find the appropriate time to carry out a reflection about the approaches presented in the textbooks of history. The objective is a brief conversation about how history textbooks deal with the Cuban Revolution, taking into account new and traditional historiographical currents that deal with this subject. We seek also to think how this historical movement can be dialogued in the classroom in order to build a productive debate with the conceptions of Historical Consciousness. Therefore, it is necessary to think the History as a practice that is built and is constituted in various interpretations.

Keywords: Cuban Revolution; History Teaching and Historical Consciousness.

INTRODUÇÃO

A Revolução Cubana se concretizou em 1959, implementando um sistema político socialista e que permanece vigente nestes primeiros anos do século XXI. Este movimento influenciou e exerce fascínio sobre parte da esquerda da América Latina e do restante do globo. Intelectuais, partidos, imprensa, editoriais constroem

um debate incessante em torno deste projeto político e social e também evento histórico relevante.

Diante de um tema tão contemporâneo e de diversas narrativas construídas a seu respeito, este movimento político e social deve ser tratado e discutido nas salas de aula do Ensino Médio com considerável atenção. Dentro deste cenário, os livros didáticos, importantes instrumentos de ensino, necessitam ser constantemente problematizados, pensando sua construção juntamente com as discussões em torno do desenvolvimento da consciência histórica e da didática da história.

Todavia, não se pretende neste trabalho realizar uma ampla análise de livros didáticos de ensino médio, mas sim contribuir com esta discussão tendo referência quatro obras: a) *A escrita da História,* de Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda; b) *História do Mundo Ocidental,* de Antônio Pedro, Lizânias de Souza Lima e Yone de Carvalho; c) *Nova História Integrada – Volume Único,* de Luiz E. O. Fernandes e João Paulo M. H. Ferreira; e d) *História – Volume único,* de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi. A proposta é em suma mapear as perspectivas, discussões, abordagens e possíveis correntes historiográficas que permeiam a explicação desta Revolução nestes livros didáticos, presentes no catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do ano de 2008.

O PROCESSO DE ANÁLISE

O processo de análise dos materiais didáticos selecionados se dará em conjunto com referências bibliográficas que tratam da Revolução Cubana, e sob uma perspectiva da História como prática discursiva. Assim, tendo por referência Michel de Certeau, que diz:

> [...] entendo como *história* essa prática (uma “disciplina”), e o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob forma de uma “produção”. Certamente, em seu uso corrente, o termo *história* conota, sucessivamente, a ciência e o seu objeto – a explicação que se *diz* e a realidade *daquilo que se passou* ou se passa (CERTEAU, 2011, p. 5).

Outro ponto a se considerar são as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNs, em relação ao conhecimento histórico:

> Na transposição do conhecimento histórico para o nível médio, é de fundamental importância o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos das épocas passadas – e também do presente. Nesse exercício, deve-se levar em conta os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e suportes através dos quais se expressam (BRASIL, 2000, p. 22).

Toda esta reflexão deve estar pautada e observando as inovações historiográficas que possibilitaram perceber a história sobre outros olhares, diversificando fontes e sujeitos. É um fazer história com uma nova proposta e que pretende dar vida aos sujeitos ocultos e silenciados, e não mais limitada aos aspectos políticos ou econômicos, mas incluindo a face social e cultural. Desta maneira, é fundamental relacionar e dialogar estas novas visões com o material estudado, em um exercício prático e de diálogo com a teoria:

> Ler, em um texto, outro; remeter uma imagem a outra, associar diferentes significantes para remeter a um terceiro e oculto, portador de um novo significado. Tudo isso multiplica a capacidade de interpretação e faz parte das estratégias metodológicas que dão condição ao historiador para aplicar seu referencial teórico ao empírico das fontes (PESAVENTO, 2008, p. 66).

Tomando agora por referência Alain Choppin, na obra *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte,* registra-se um crescimento nos últimos 30 anos do interesse dos pesquisadores nos livros didáticos, caracterizando-se como um valioso objeto de pesquisa, em conjunto com as preocupações referentes aos processos de aprendizagem dos alunos.

Este interesse, segundo Alain Choppin, é resultado da convergência de fatores e causas conjunturais dos quais destaca-se: a) o interesse de diversas populações em criar ou recriar uma identidade cultural, devido por exemplo, a processos de descolonização, ou a luta por direitos de grupos minoritários; b) as incertezas em relação ao livro impresso diante do surgimento de novas tecnologias educativas, cada vez mais interativas; c) causas estruturais que envolvem: “a complexidade do livro didático, a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve.” (CHOPPIN, 2004, p. 552).

O autor além do mais destaca o relevante papel que este suporte apresenta, mas que pode variar de acordo com o ambiente de inserção, época, disciplina, nível de ensino, e as formas de utilização. Sua função vem se perpetuando como um

instrumento de auxílio didático para transmissão de um conhecimento esquemático, bem como para ser transmissor de valores nacionais, regionais e de identidades, de língua e cultura. Mas sua proposta mais recente inclui e privilegia ser um facilitador na formação de senso crítico, privilegiando a autonomia do aluno (CHOPPIN, 2004, p. 554).

Para inserir a discussão sobre a Revolução Cubana em livros didáticos do Ensino Médio, realizar-se-á conjuntamente a Análise de Conteúdo, atendo-se aos seus autores, seu mercado editorial, sua produção iconográfica e análise textual. Esta análise abrangente é fundamental, pois, como afirma Choppin, o livro didático não é um mero "espelho da sociedade". Mas um instrumento, capaz de intervir na realidade, estabelecendo construções científicas, subjetivas, políticas e revelando os mais diversos interesses e modos de pensar de um lugar e de uma época (CHOPPIN, 2004, p. 557). Assim, o livro deve ser pensado em seus múltiplos aspectos, divisões, temas, títulos, parágrafos, formato, organização, destaques e o diálogo com demais suportes educacionais. O que é silenciado, ou explicitamente dito.

A seleção dos livros didáticos privilegiou, obras do Ensino Médio e que estão registradas no catálogo do PNLEM/2008. Obras estas presentes em Escolas da Rede Pública e Particular de Ensino. Assim, os títulos selecionados são: a) *A escrita da História,* de Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda; b) *História do Mundo Ocidental,* de Antônio Pedro, Lizânias de Souza Lima e Yone de Carvalho; c) *Nova História Integrada – Volume Único,* de Luiz E. O. Fernandes e João Paulo M. H. Ferreira; e d) *História – Volume único,* de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi.

Para contribuir ainda mais com a discussão, se faz necessário trazer duas concepções: *consciência histórica e didática da história,* abarcadas por conceitos e propostas que vêm ganhando cada vez mais espaço quando se discute o Ensino de História, tendo por referência principalmente o alemão Jörn Rüsen. Mas isto será tratado em um tópico próprio:

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E A DIDÁTICA DA HISTÓRIA

O historiador e filósofo Jörn Rüsen possui uma compreensão de didática da história que abrange não apenas os aspectos tradicionais, direcionada para o sistema escolar institucionalizado. Essa inclusive possui uma importância genérica e social, “em que pensar o tempo vivido se faz no dia–a-dia, por um cem número de meios” [sic] (MARTINS, 2010, p.8).

Aliado a isto, espera-se que por meio da consciência histórica crianças e jovens possam desenvolver uma análise crítica, permitindo-lhes interpretar o mundo humano e social e a orientarem-se temporalmente. A consciência histórica, portanto, “ocorre quando a informação inerte é progressivamente assimilada e se compõe em uma ferramenta mental do sujeito”, estabelecendo orientação para o cotidiano (BARCA: GARCIA: SCHIMIDT, 2010, p.16)

As propostas que destacam a consciência histórica investigam percepções sobre mudança, significância, explicação, multiperspectiva e evidência histórica que sobre estes pressupostos, criam enquadramentos multifacetados. E possibilita proporcionar conexões entre a consciência histórica e as vertentes ligadas a interculturalidade, educação patrimonial e cidadania (BARCA: GARCIA: SCHIMIDT, 2010, p.16).

Consequentemente, tratando a preocupação da Educação Histórica para o âmbito cotidiano e prático, a didática da história expande seus horizontes, indo além das considerações e questões do ensino e aprendizado na escola. Incluindo preocupações como o papel da história na opinião pública e suas representações nos meios de comunicação em massa, as expressões visuais em museus, o patrimônio material e imaterial e outros diversos espaços e problemáticas em que a história está inserida.

Mais especificamente, a consciência histórica para Rüsen é um importante instrumento, a fim de que o sujeito expresse diversas competências que o possibilitarão pensar a história de forma autônoma, crítica e produtiva, produzindo novos sentidos. Sendo também capaz de trazer compreensão sobre o passado, sobre suas mudanças e permanências no presente, e podendo estabelecer perspectivas para o futuro:

> Por meio da identidade histórica a personalidade humana expande sua extensão temporal, mais além dos limites do nascimento e da morte, mais além da mera mortalidade. Via esta consciência histórica, uma pessoa se

> faz parte de um todo temporal mais extenso que em sua vida temporal (RÜSEN, 2010, p.57).

Tratando o livro didático de histórica como uma das expressões narrativas e representativa da história, e como um dos instrumentos da didática da história, é preciso analisar se as obras aqui selecionadas contribuem para o desenvolvimento desta consciência histórica. Claro que como dito, estes instrumentos didáticos tratam-se de um tipo de expressão narrativa, e estas obras estão vinculadas com outros instrumentos de ensino cada vez mais diversificados. Mas o livro didático ainda assim possui um papel relevante dentro da sala de aula e cada vez mais disseminado, por isso deve ser constantemente repensado.

Além das questões já aqui postas, há de se refletir não apenas o livro didático, mas também a Revolução Cubana, que está tão presente no imaginário latino americano.

PENSANDO A REVOLUÇÃO CUBANA

Para entender e analisar a Revolução Cubana que conseguiu derrubar o ditador Fulgêncio Batista, em 1959, é preciso compreender antes de tudo o violento e conturbado processo de independência que Cuba passou. Este país latino foi a última colônia da América espanhola a libertar-se, em 1898, em um processo que se prolongou por trinta anos, passando por dois conflitos marcantes.

Mesmo após este difícil processo, Cuba passou a conviver com uma nova política intervencionista, agora realizada pelo seu vizinho Estados Unidos, país aliado na Guerra de Independência. A emenda Platt, imposta pelo congresso norte-americano e incorporada a Constituição cubana, em 1901, garantia a prevalência dos interesses privados estadunidenses aliados a uma política de interposição deste governo sobre a ilha caribenha. (AYERBE, 2004, p. 24-25).

No governo de Fulgêncio Batista, presidente democraticamente eleito de 1940 até 1944, retomando ao poder em 1952, após um golpe militar, tem-se uma Cuba de contrastes sociais marcantes, aliada a incomoda e constante intervenção dos Estados Unidos sobre este país latino. Diante deste quadro, de uma terra de desigualdades sociais e de um governo repressor, surge um movimento opositor, liderado pelo advogado Fidel Castro.

Este movimento oposicionista realizou dois embates marcantes, antes de tomar o poder após Fulgêncio Batista deixar Cuba. Primeiro com um ataque ao Quartel de Moncada, em julho de 1953, o que ocasionou a prisão dos rebeldes pelo ditador F. Batista. E no ano de 1956 Fidel Castro, que se encontrava no México após sua anistia e soltura, organizou uma insurreição juntamente com seu irmão Raul Castro e o argentino Ernesto Che Guevara (1928-1967).

Porém, ao desembarcarem em Cuba, foram surpreendidos pelas forças de Fulgêncio Batista, sobrevivendo apenas 12 insurgentes, que se dirigiram para Sierra Maestra, onde travaram, por anos, uma guerra de guerrilhas contra o governo autoritário. Suas ações conseguiram propagar em várias cidades e áreas rurais outras forças opositoras, o que tornou insustentável o governo ditatorial, consagrando por fim a chamada Revolução Cubana no primeiro dia do ano de 1959.

Luis Fernando Ayerbe, em *A Revolução Cubana* acredita que este processo revolucionário e seus desdobramentos se configuram especialmente em uma ação contrária à intervenção norte-americana e sua Doutrina Monroe[iii], presente deste a independência do país e que se acentua durante a Guerra Fria. Tal reação perduraria até os dias atuais, no governo dos irmãos Castro, interferindo significativamente no contexto atual de Cuba. (AYERBE, 2004, p. 21-55).

Já Claudia Hilb, em *Silêncio, Cuba – A esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana*, aborda o assunto através de outro viés, superando assim a explicação assentada apenas na relação imperialista norte-americana e do contexto de Guerra Fria. Sua obra fala aos que no passado aderiram com entusiasmo ao movimento revolucionário cubano. Dirige-se à intelectuais, partidários e simpatizantes dos movimentos sociais que ansiavam ver em Cuba um exemplo alternativo e contrário ao capitalismo imperialista.

A autora de forma argumentativa enumera questões pontuais, e constrói um quadro histórico sobre a Revolução que teria traído às expectativas de muitos de seus apoiadores. No entanto, mesmo a Revolução tendo se configurado em um regime de governo que desrespeita e persegue direitos políticos dos seus opositores e que cerceia a liberdade de seus cidadãos. Mesmo assim, há intelectuais e políticos de esquerda que apóiam este regime, considerando serem mais relevantes as possíveis conquistas sociais nas áreas da educação e saúde. Ou ainda, há aqueles

que preferem ficar em silêncio. De maneira sucinta a autora aqui apresenta sua obra:

> Esse trajeto deverá permitir vislumbrar um ponto que para mim é crucial, já que aquilo que aparece no processo da Revolução Cubana toca no ponto culminante dos paradoxos da utopia revolucionária: para dizer de modo ainda muito provisório, deverá poder mostrar, ainda que sutilmente, de que maneira o desejo de liberdade se transformou em aceitação de servidão, como a emancipação se transformou em opressão, e o entusiasmo e a virtude, em temor e adaptação. Por fim, o ensaio conclui com um breve epílogo que sugere que também existe uma relação indissociável entre o sentido das dificuldades que o regime encontrou, quase desde o seu início, para alcançar os seus objetivos no campo do desenvolvimento econômico, e a forma do regime, e que esta relação foi consumada no colapso econômico e social dos anos 1990 que não deixou incólumes – longe disso – os pilares da adesão do pensamento de esquerda ao regime desde a sua origem, a saber, o bem-estar compartilhando equitativamente e a igualdade (HILB, 2012, p. 15-16).

Assim, Cláudia Hilb apresenta um outro olhar sobre a Revolução Cubana, um olhar para dentro de Cuba e para dentro da América Latina. Desta forma, Cuba é agente de sua história, não um simples peão no tabuleiro de xadrez dos Estados Unidos. A autora contrapõe às visões utópicas e paradigmáticas sobre o movimento, direcionando sua crítica à esquerda que se qualifica democrática, mas que se silencia perante as atrocidades de um regime que Hilb qualifica "*com vocação de dominação total"*.

Estas e outras questões desenvolvem-se em torno do tema Revolução Cubana e os professores do Ensino Médio devem estar atentos para elas. Conservar-se preso às abordagens tradicionais empobrece e limita a construção do conhecimento histórico. Assim, problematizar o livro didático é fundamental, ou seja, é perceber suas construções, permitindo ao professor destrinchar os conteúdos, aliando novas e eficientes abordagens, dentro das propostas da didática da história. Suas aulas, desta maneira, contribuirão para que os alunos estabeleçam leituras críticas, realizem reflexões e se percebam como agentes históricos, capazes de interferir e modificar sua realidade.

ENTÃO, AOS LIVROS DIDÁTICOS

A primeira obra analisada *A escrita da História – Volume único (2005),* dos autores Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda, inclui História do Brasil e

História Geral, em uma construção de títulos e temas de maneira linear de tempo. Parte da Antiguidade e segue uma escala quadripartite, passando pelas Idades Média e Moderna, e finaliza com os dias contemporâneos inseridos em um contexto de globalização. Os autores afirmam que:

> Propõem um livro didático que não se apresente como um "pacote de viagem", com paradas predeterminadas, objetivos fixos e meios de transporte programados. Algo mais próximo de uma viagem de mochila nas costas em direção à História. De trajetos múltiplos, de inumeráveis possibilidades de reflexão e crítica, de observações que escapam até mesmo às intenções dos autores. Nesta íntima relação entre passado e o presente, de entradas diversas e saídas provisórias, só nos resta desejar ao leitor boas viagens (CAMPOS; MIRANDA, 2005, p. 3).

Nesta "viagem" *Nas Fronteiras da Antiguidade* (título do primeiro capítulo) a história não começa como tradicionalmente é posta, a partir do surgimento da escrita. Mas por meio de uma linha evolutiva que se inicia com *O Surgimento do Homem,* denominação do primeiro subtítulo. Aqui neste capítulo se discute o surgimento dos seres humanos, das ferramentas de pedra e outros materiais como o ferro, o uso de fogo, até chegarmos ao surgimento da escrita e das primeiras cidades.

A obra bastante extensa (656 páginas) constrói-se, portanto, como uma narrativa cronológica. Porém, há uma preocupação de relacionar cada um dos períodos com aspectos do presente. O livro é bastante colorido e com diversos documentos iconográficos (charges, quadros de arte, fotografias, gravuras, esculturas, mapas, gráficos). Apresenta várias propostas de exercícios, como interpretação de textos, imagens e mapas, incluindo questões de vestibulares e oferece dicas de outras leituras complementares.

No que se refere a Revolução Cubana, este tema está no capítulo 25 - *O Autoritarismo em Marcha,* que se inicia falando do período da Ditadura Cívil-Militar no Brasil. Neste capítulo ainda temos os seguintes temas: *Guerra do Vietnã, A Primavera de Praga, Revolução Cultural na China, Maio de 1968 da França.* Dialogando o contexto mundial com o brasileiro, percebe-se que os autores optaram por trabalhar a Ditadura brasileira de 1964, observando uma série de acontecimentos políticos e culturais que transformaram o mundo entre as décadas de 1960 e 1970.

A Revolução Cubana igualmente está inserida neste contexto de transformação e abalo dos paradigmas. Os autores dão um certo destaque a este

evento histórico, que é percebido como um processo de rompimento com a política intervencionista dos Estados Unidos. Para Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda, Cuba antes da revolução era um grande cassino estadunidense e: “Em nenhuma parte da América Latina a noção de “quintal” dos norte-americanos era tão forte.” (CAMPOS; MIRANDA, 2005, p. 579).

Cuba e seu processo revolucionário é retratado como um consequente opositor do Imperialismo norte-americano e de uma elite cubana aliada a este projeto, compartilhando da mesma posição de Luis Fernando Ayerbe. Neste sentido, este livro partilha de uma visão historiográfica já bastante consagrada, mas que negligência outros aspectos.

No entanto, o livro aqui acrescenta uma outra e importante discussão. Em um grande “box”, sob o título – *Che Guevara, o mito pop e revolucionário,* Campos e Miranda discutem o papel da figura de Ernesto Che Guevara, um dos grandes líderes da Revolução Cubana, frente às esquerdas de todo mundo. Os autores argumentam que a morte do argentino Che Guevara, ao ser capturado no interior da Bolívia, onde lutava pela revolução socialista, trouxe grande desilusão para intelectuais de esquerda, que refletiam em Che a figura de um herói guerrilheiro e revolucionário. Morto seu mito-herói, grande parte da esquerda perdeu suas certezas e a crença na transformação do mundo pela revolução, por outro lado, o capitalismo ganhou uma imagem icônica e bastante lucrativa:

> A foto de Alejandro Korda em que Che Guevara aparece usando boina preta, com cabelos ao vento e o olhar no horizonte, num aparente momento de fúria mitológica, não apenas se erigiu no principal elemento decorativo de centenas de manifestantes. A imagem é a mais vendida da história, vista milhares de vezes em pôsteres, chaveiros, camisetas, pratos, canecas. Ironicamente Che acabou devorado pela indústria cultural (CAMPOS; MIRANDA, 2005, p. 580).

Partindo agora para a segunda obra, *História do mundo ocidental: ensino médio: volume único,* 2005, e dos autores Antônio Pedro, Lizânias de Souza Lima e Yone de Carvalho, os mesmos explicam na apresentação da obra um pouco de seus objetivos e escolha do título:

> Atualmente, os vários povos e regiões do mundo estão interligados pelo mercado, pelas comunicações e pelas instituições de caráter mundial. Os estudiosos voltaram sua atenção sem precedentes: a tendência a uma padronização global da produção, dos estilos de vida, dos valores, da cultura, enfim. Com a expansão capitalista, tornou-se possível explicar os eventos regionais segundo uma lógica de caráter global. A história mundial

> é filha do capitalismo. Este livro não é, portanto, de História Geral. É um livro de História do mundo ocidental e de sua globalização, com a expansão capitalista (CARVALHO: LIMA: PEDRO, 2005, p. 3).

Como o próprio livro didático se apresenta, este objetiva compreender como a chamada civilização ocidental, chegou ao atual estágio de expansão capitalista e rompimento de barreiras culturais. E outrossim propõe entender como o Brasil está inserido na história mundial. Desta forma, não há rompimento com o modelo esquemático e cronológico que tradicionalmente os livros didáticos se constituem. E esta linha esquemática privilegia a história a partir do mundo europeu ocidental.

A opção por esta linha cronológica tradicional fica visível desde o primeiro capítulo: *A origem do homem e a pré-história.* Mesmo apresentando as críticas em relação a forma de periodização da História que estabelece um período denominado pré-histórico, e que propagaria a ideia equivocada de uma evolução linear e uniforme à toda humanidade. Os autores, mesmo assim, justificam a opção por esta divisão, considerando “sua utilidade na localização dos eventos humanos no tempo” (CARVALHO: LIMA: PEDRO, 2005, p. 15).

Diretamente em relação a Revolução Cubana, e dentro deste grande esquema cronológico tradicional, o livro simplesmente omite este tema. Sendo apenas retratada a invasão dos Estados Unidos à Bahia dos Porcos, em 1961, e a crise dos foguetes soviéticos em 1962, no governo de John F. Kennedy:

> Seu governo caracterizou por tentar conter as manifestações de independência com relação aos dois blocos e de simpatia ao socialismo. Promoveu a invasão de Cuba em 1961, tentando impedir que a ilha revolucionária se tornasse um exemplo negativo para a América e um ponto de apoio para o crescimento do comunismo. (...) Com a descoberta, em 1962, de uma base de foguetes soviéticos em Cuba, Kennedy ameaçou o líder soviético Nikita Kruchev com armas atômicas. Esse fato forçou a retomada da política de distensão entre as duas potências (CARVALHO: LIMA: PEDRO, 2005, p. 436).

Ou seja, a Revolução Cubana que exerceu influência sobre uma série de acontecimentos dentro da América Latina e no mundo, não é sequer mencionada. E Cuba socialista é transfigurada apenas como uma estratégia de poder entre as duas grandes potências da Guerra Fria, Rússia e Estados Unidos.

Realmente, percebe-se aqui, ao reflexo do título do livro didático, que Cuba é representada apenas como uma força impotente de um mundo dito ocidental e capitalista, sem autonomia e sem sujeitos históricos. Esta construção narrativa cria

uma Cuba sem história e atrasada, como povos pré-históricos, marcada e pré-determinada pelos interesses de países dominantes. Cuba, a América Latina, e suas sociedades, não podem ter suas histórias renegadas desta forma.

Quanto ao livro de Luiz E. O. Fernandes e João Paulo Hidalgo Ferreira, *Nova História Integrada*, 2005, observa-se um interessante rearranjo e modo de exposição do conteúdo neste livro didático. Aqui a Revolução Cubana, trabalhando uma história temática, está inscrita no capítulo 39, denominado de “Paz Improvável, guerra impossível”. Dentro deste capítulo a Guerra Fria é discutida com um pouco mais de vigor, em relação a obra anteriormente analisada.

Destaca ações de engajamento político e cultural de alguns movimentos sociais, como o movimento da luta pelos direitos civis e contra o racismo nos Estados Unidos, ou os movimentos feministas. Costumes eram modificados e questionados durante a borbulhante década de 60 e em meio à tensão de uma possível guerra nuclear:

> Os *hippies* questionavam os valores empreendidos na sociedade capitalista, principalmente o autoritarismo presente nas relações familiares e nos conflitos armados entre países. O caso de rechaço mais intenso ocorreu durante a Guerra do Vietnã, quando defenderam o pacifismo no mundo. O auge do movimento *hippie* aconteceu no famoso festival de música de Woodstock, em 1969, quando 500 mil pessoas se reuniram em torno do *slogan* “paz e amor” (FERNDANDES: FERREIRA, 2005, p. 496).

O livro apresenta então este contexto de tensão entre duas potências, onde não houve o enfrentamento direto entre estas, mas conflitos indiretos por questões estratégicas e de domínio em alguns países como o Vietnã e o Afeganistão. Regiões que sofreram o peso dos interesses da União Soviética ou dos Estados Unidos.

No mesmo período, os desdobramentos da Revolução Cubana seriam consequência desta “Guerra Fria” e seu principal agente motivador uma reação à histórica intervenção estadunidense nesta ilha. De maneira central o livro dialoga com a conjuntura de crise pós-Segunda Guerra Mundial. Há de se ressaltar, no entanto, que este diálogo e apresentação das questões internas de Cuba são realizados de forma superficial, prevalecendo a enumeração dos fatos:

> Em outubro de 1962, os EUA detectaram a instalação de mísseis soviéticos equipados com ogivas nucleares em Cuba, a menos de 200 quilômetros da Flórida (EUA). O presidente norte-americano, John Kennedy, exigiu a retirada dos mísseis do território cubano. A crise dos mísseis fez o mundo sentir que nunca estivera tão próximo de uma guerra direta entre as duas superpotências. Para evitar o conflito, Kruschev ordenou a retirada dos

> mísseis. O mundo respirava aliviado. Em represália ao episódio, os EUA decretam um bloqueio econômico a Cuba, e expulsaram o país da Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, a presença de um país socialista na América foi pretexto necessário para Washington espalhar o medo do "perigo vermelho" no continente, aumentando sua influência nos países latino-americanos (FERNANDES: FERREIRA, 2005, p. 502).

Contudo, o livro contribui significativamente com uma discussão diversa do período pós Segunda Guerra, abrangendo aspectos políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais. É uma ferramenta capaz de auxiliar o professor na explicação sobre o período, no qual a Revolução Cubana está contextualizada.

A quarta obra selecionada *História – Volume único,* 2008, de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi, é dividida de maneira temática. Sua divisão aborda os mais diversos períodos sobre o olhar de temas considerados relevantes na atualidade, como: o trabalho, a luta pela cidadania, terra: a questão agrária, meios de comunicação de massa, direito e democracia, urbanização, diversidade religiosa, ética e violência, são alguns exemplos dos temas escolhidos. A obra, assim como os demais livros até aqui analisados, traz uma grande variedade de iconografias, textos complementares e proposta variada de exercícios.

Apesar de ser temático, os temas perpassam por uma cronologia linear. Porém, em diversas ocasiões, rompe com esta cronologia, privilegiando a discussão temática e relacionando os diferentes capítulos, traduzindo uma proposta mais diversificada e dinâmica. Esta proposta mais diversificada se observa, por exemplo, quando o livro traz um capítulo inteiro dedicado aos Reinos Africanos dos mais diversos períodos, assunto constantemente omitido pelos livros didáticos. Sua análise sempre destaca aspectos variados, tanto econômicos e políticos, como também religiosos, sociais e culturais.

Ao tratar da Revolução Cubana esta múltipla perspectividade continua. Dentro da Unidade XII, intitulada de *Violência,* a Revolução Cubana está dentro de uma temática que pretende discutir como a violência é promovida pelo Estado, principalmente pelos governos autoritários, mas vista também nos caracterizados como democráticos. A violência pode inclusive se tornar um instrumento de força revolucionária, assim como ocorreu na Revolução Cubana.

O livro de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi retrata um povo cubano, antes da Revolução, que vivia um processo constante de violência contra seus direitos, em um quadro de desigualdades e perseguição promovidos pelo

governo autoritário do ditador Fulgêncio Batista. Continuando os autores não esquecem da influência dos Estados Unidos neste processo histórico e de sua intervenção posterior que impõe, desde 1962, um embargo econômico bastante prejudicial à economia cubana.

Como ainda não negligenciam que mesmo com as reformas implementadas e avanços sociais e econômicos do governo pós-revolucionário, Fidel Castro e o Partido Comunista formaram um governo de repressão das liberdades individuais e políticas, impedindo a alternância de poder. Bem como, os autores trazem a influência da Revolução Cubana em processos políticos de outros países dentro da América Latina e até mesmo em Angola:

> Com o sucesso da Revolução Cubana, tornou-se cada vez mais forte a idéia de se expandir o socialismo pelo mundo. Assim, o governo cubano apoiou ativamente movimentos guerrilheiros em diversas partes da América Latina, inclusive no Brasil. Também enviou militares para lutar ao lado do *Movimento Popular para Libertação de Angola* (...) (AZEVEDO: SERIACOPI, 2008, p. 455).

Azevedo e Seriacopi, partilham então de uma exposição historiográfica semelhante à de Cláudia Hilb, refletindo diferentes aspectos tanto para o surgimento da Revolução Cubana, como suas consequências. Somente por meio de uma narrativa rica e diversificada, poderão os professores auxiliar na potencialização das habilidades dos alunos e no aperfeiçoamento de sua consciência histórica.

CONCLUSÃO

A Revolução Cubana se traduz como um processo histórico que influenciou ações e movimentos revolucionários na América Latina, como a Revolução Sandinista na Nicarágua, ou a eleição do socialista Salvador Allende no Chile. Mas também refletiu-se inversamente, em uma das fortes motivações para propagação de governos autoritários, que ansiavam combater o seu exemplo e modelo por toda a América Latina, tendo apoio e patrocínio financeiro dos Estados Unidos.

O que se consagrou na Cuba de 1959, permanece como algo vivo e presente, bastando apenas acessar os noticiários de todo o mundo e ver o debate em torno da reaproximação dos Estados Unidos e o governo de Raul Castro. Deste modo, a Revolução Cubana deve ser tratada sobre várias perspectivas, não se pode

enquadrá-la como um mero evento periférico perante a história das grandes potências.

É imprescindível descortinar a história de Cuba e da América Latina no Ensino Médio, percebendo do mesmo modo suas características internas. Olhar este universo, tão rico e diverso, como uma história marginalizada e menor, rendida às manobras das potências mundiais, é ignorar suas particularidades, silenciar suas vozes e invisibilizar sua ação e influência.

Portanto, para conquistar um ensino de história que proponha promover e estimular a consciência histórica, rompendo com as concepções históricas dominantes, é preciso trazer aos jovens do Ensino Médio, múltiplos olhares sobre um mesmo assunto. Limitar as explicações e representações históricas, é da mesma forma limitar as capacidades dos estudantes. É, sobretudo, impedir que estes agentes, como almeja Jörn Rüsen, possam produzir por si mesmos uma narrativa histórica constituída de novos sentidos e permitindo compreender a dinâmica do tempo histórico com suas transformações, permanências e possibilidades.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando Ayerbe. *A Revolução Cubana.* São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História Volume único.* São Paulo: Editora Atica, 2008.

BARCA, Isabel; GARCIA, Tânia Braga; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Significados do pensamento de Jörn Rüsen para investigações na área da educação histórica. In: *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: EdUFPR, 2010.

BRASIL. *História: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio*. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNs.* Ministério da Educação, 2000.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História.* São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2005.

CARVALHO, Yone de; LIMA, Lizânia de Souza; PEDRO, Antonio. *História do Mundo Ocidental.* ed. FTD, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

CHOPPIN, Alain Choppin. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.* Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FERNANTES, Luiz E. O.; FERREIRA, João Paulo M. H. *Nova História Integrada.* São Paulo: Ed. Companhia da Escola, 2005.

HILB, Claudia. *Silêncio, Cuba: a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana.* São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MARTINS, Estevão Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: EdUFPR, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural – Clio e a Grande Virada da História.* Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: EdUFPR, 2010.

NOTAS

[i] Mestrando do Programa de Pós-Graduação Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, vinculado ao Grupo de Pesquisa "História, Religião e Política no Mundo Contemporâneo" (CNPQ), orientado pelo Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues e Gerente de Documentação e Arquivo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

[ii] Doutorando do Programa de Pós-Graduação Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, vinculado ao Grupo de Pesquisa "História Terra e Trabalho" e Docente do IFMT.

[iii] Luis Fernando Ayerbe traduz a Doutrina Monroe sobre o seguinte contexto: “Com a Doutrina Monroe, a defesa do isolamento em relação à Europa passa a ser estendida ao conjunto do hemisfério. Manifestando preocupação com as intenções da Espanha de reverter, com o apoio da Santa Aliança, o processo de independência latino-americano, os Estados Unidos decidem fixar limites à intervenção de potências europeias no continente. (...) A Doutrina Monroe inaugura uma política externa cujos delineamentos principais acompanharão as relações com a América Latina e o Caribe no decorrer do século XIX e parte do XX. Desde os primeiros momentos da sua formação, Cuba estará presente.” (AYERBE, 2004, p. 41-42).

Received on June 28, 2015.

Accept on July 30, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.